

PROJETO DE LEI 01-00526/2013 do Vereador Eduardo Tuma (PSDB)

“Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nos guichês dos estádios e ginásios, no Município de São Paulo e dá outras providências”.

Art. 1º. Ficam obrigados a prestar, em seus guichês, atendimento dentro do tempo máximo de espera estabelecido nesta Lei os estádios e ginásios instalados no Município de São Paulo.

Art. 2º. Deverá ser de até 30 (trinta) minutos o tempo máximo de espera dos consumidores nas filas para atendimento nos guichês dos estabelecimentos supracitados

§ 1º Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento nos guichês, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas;

§ 2º Excetuam-se da obrigatoriedade de obedecer ao tempo máximo de espera disposto nesta lei e de suas respectivas sanções todo e qualquer evento que não tenha cunho desportivo nestes locais.

Art. 3º Será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta lei, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: “O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 30 (trinta) minutos.”

Art. 4º Aos infratores desta Lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência na primeira ocorrência;

II - multa de 10 UFM's na reincidência;

III - multa de 20 UFM's na segunda reincidência;

IV - multa de 40 UFM's na terceira reincidência;

V - multa de 80 UFM's na quarta e nas subsequentes reincidências.

Parágrafo Único: Considera-se reincidência para fins da presente Lei a constatação de nova infração no prazo de um mês, contado da lavratura do auto de infração.

Art. 5º Os estabelecimentos citados no art. 1º deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, tomar as medidas necessárias a seu fiel cumprimento.

Art. 6º- O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da sua publicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Às Comissões competentes.”